Museologia, Formação e Tecnologias Interativas do Centro Científico e Cultural de Macau, I. P., nos termos do disposto nos artigos 23.º e 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que a republicou e alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto.

A renovação da comissão de serviço produz efeitos a 15 de fevereiro de 2019.

25 de janeiro de 2019. — O Presidente, *Luís Filipe Sousa Barreto*.
312014092

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR E EDUCAÇÃO

Instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P.

Aviso n.º 2457/2019

Em cumprimento do disposto na alínea *d*), do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, Ana Maria Velho Folgado Gaspar, técnica superior do mapa de pessoal do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P. (IGeFE, I. P.), cessou a relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, por motivo de aposentação, com efeitos a 1 de novembro de 2018.

27 de dezembro de 2018. — O Presidente do Conselho Diretivo, *José Manuel de Matos Passos*.

312013841

EDUCAÇÃO

Direção-Geral da Administração Escolar

Despacho (extrato) n.º 1626/2019

Nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que por meu despacho foi autorizada a consolidação da mobilidade na categoria da técnica superior Elisa Maria de Sousa Pontes Torres na Escola Secundária da Ramada, concelho de Odivelas, nos termos do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com efeitos a 1 de agosto de 2018 mantendo o posicionamento remuneratório.

8 de janeiro de 2019. — A Diretora-Geral da Administração Escolar, em regime de suplência, *Susana Maria Godinho Barreira Castanheira Lopes*.

312015097

Despacho (extrato) n.º 1627/2019

Nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que por meu despacho foi autorizada a consolidação da mobilidade na categoria da técnica superior Lúcia Maria dos Reis Rodrigues na Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho, concelho de Lisboa, nos termos do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com efeitos a 1 de setembro de 2018 mantendo o posicionamento remuneratório.

8 de janeiro de 2019. — A Diretora-Geral da Administração Escolar em regime de suplência, *Susana Maria Godinho Barreira Castanheira Lopes*.

312015226

Despacho (extrato) n.º 1628/2019

Nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que por meu despacho foi autorizada a consolidação da mobilidade na categoria da assistente operacional Margarida Rosa Ferreira Reguengo no Agrupamento de Escolas Vallis

Longus, concelho de Valongo, nos termos do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com efeitos a 1 de março de 2018 mantendo o posicionamento remuneratório.

8 de janeiro de 2019. — A Diretora-Geral da Administração Escolar, em regime de suplência, *Susana Maria Godinho Barreira Castanheira Lopes*.

312015056

Despacho (extrato) n.º 1629/2019

Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 15 de novembro de 2018, foi autorizada a consolidação da mobilidade na categoria da assistente operacional Francelina da Silva Ribeiro no Agrupamento de Escolas de Estremoz, nos termos do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, mantendo a posição remuneratória, com produção de efeitos à data do despacho.

9 de janeiro de 2019. — A Diretora-Geral da Administração Escolar, em Regime de Suplência, *Susana Maria Godinho Barreira Castanheira Lopes*.

312014887

Despacho (extrato) n.º 1630/2019

Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 15 de novembro de 2018, foi autorizada a consolidação da mobilidade na categoria da assistente técnica Adília da Assunção Palas na Escola Secundária Camilo Castelo Branco, Vila Real, nos termos do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, mantendo a posição remuneratória, com produção de efeitos à data do despacho.

9 de janeiro de 2019. — A Diretora-Geral da Administração Escolar, em regime de suplência, *Susana Maria Godinho Barreira Castanheira Lopes*.

312014943

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas de Airães, Felgueiras

Aviso n.º 2458/2019

Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4 da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, torna-se público a lista nominativa de provimento no Quadro de Zona Pedagógica, no ano letivo 2018/2019, dos docentes baixo mencionados, com efeitos a 1 de setembro de 2018:

Nome	Grupo de recrutamento	QZP	Índice remuneratório
Maria Raquel Rebelo de Faria <i>a</i>)	500	06	167
Eurico Mário Loureiro da Fonseca Alves <i>a</i>)	120	01	167

a) Encontra-se a realizar no presente ano escolar (2018/2019) período probatório.

23 de janeiro de 2019. — O Diretor, *Dr. Rui Serafim Ribeiro da Silva*.
312014205

Aviso n.º 2459/2019

Nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4 da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, torna-se público a lista nominativa de provimento no Quadro do Agrupamento de Escolas de Airães, no ano letivo 2018/2019, dos docentes baixo mencionados, com efeitos a 1 de Setembro de 2018:

Nome	Grupo de recrutamento	Índice remuneratório em 01/09/2018	Índice remuneratório após reposicionamento de acordo com a Portaria n.º 119/2018 de 04/05
António de Sousa Meireles	290	167	188
Olinda da Conceição Ferraz Morais	320	167	205

Nome	Grupo de recrutamento	Índice remuneratório em 01/09/2018	Índice remuneratório após reposicionamento de acordo com a Portaria n.º 119/2018 de 04/05
Isabel Maria Martins de Sousa e Silva	400	167	188 a)
Carla Helena dos Santos Pinto Barros	420	167	188
Manuel Domingues Dias Silva	430	167	205 b)
Susana de Oliveira Faria Dias	510	167	188
Luisa Maria Gomes de Oliveira	510	167	188
Maria Conceição Barbosa Fernandes	910	167	188 b)

a) Nesta data (23/01/2019) aguarda-se decisão para o reposicionamento definitivo por parte da Direção Geral de Administração Escolar. Quando for proferida a decisão o índice será o 205;
b) Nesta data (23/01/2019) aguarda-se decisão para o reposicionamento definitivo por parte da Direção Geral de Administração Escolar. Quando for proferida a decisão o índice será o 218;

23 de janeiro de 2019. — O Diretor, *Dr. Rui Serafim Ribeiro da Silva*.

312014254

Agrupamento de Escolas de Fafe

Aviso n.º 2460/2019

Abertura de concurso para assistentes operacionais a termo resolutivo certo e a tempo parcial

O Agrupamento de Escolas de Fafe torna público que se encontra aberto, pelo prazo de dez dias úteis, a contar do dia seguinte à publicação deste aviso no *Diário da República*, procedimento concursal para preenchimento de 7 postos de trabalho da carreira de Assistente Operacional, em Regime de Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Certo a Tempo Parcial, nos termos da portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, mediante o despacho de 24 de janeiro 2019, da Senhora Diretora-Geral dos Estabelecimentos Escolares.

1 — N.º de trabalhadores: Sete.

2 — Local de trabalho: Agrupamento de Escolas de Fafe, Avenida da Liberdade, 4820-118 Fafe.

3 — Função: Os postos de trabalho a concurso caracterizam-se pelo exercício de funções na carreira e categoria de assistente operacional, de grau 1.

4 — Horário semanal: 20 horas semanais (4h/dia).

5 — Remuneração: Calculada com base na Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG).

6 — Duração do contrato: Desde a data de início até 14 de junho de 2019.

7 — Requisitos legais de admissão:

a) Ser detentor, até à data limite para apresentação das candidaturas, dos requisitos gerais de admissão previstos no artigo 17.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, nomeadamente:

i) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

ii) 18 anos de idade completos;

iii) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe a desempenhar;

iv) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

v) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

b) Os candidatos deverão ser titulares da escolaridade obrigatória ou equivalente, podendo esta ser substituída por experiência profissional comprovada tendo em conta que se trata de um recrutamento para a carreira de assistente operacional, de grau 1.

8 — Dada a urgência do procedimento será utilizado um único método de seleção: Avaliação Curricular (100 %).

8.1 — A Avaliação curricular (AC) visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação Literária (34 %), a Experiência Profissional (41 %) e a Qualificação Profissional/Formação (25 %). Para tal serão considerados e ponderados os seguintes elementos:

8.1.1 — Habilitação Literária — 20 valores para os portadores de escolaridade obrigatória, de acordo com a idade do candidato;

8.1.2 — Experiência Profissional — experiência no exercício de funções inerentes à categoria de acordo com a seguinte pontuação:

a) 20 valores — mais de 2 anos no exercício de funções em realidade social escolar educativa no contexto onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal;

b) 15 valores — experiência inferior a 2 anos e superior a 6 meses no exercício de funções em realidade social, escolar educativa no contexto onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal;

c) 10 valores — experiência inferior a 6 meses no exercício de funções em realidade social escolar educativa no contexto onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal;

d) 0 valores — nenhuma experiência em funções em realidade social escolar educativa no contexto onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal.

8.1.3 — Qualificação Profissional/Formação — direta ou indiretamente relacionada com a área funcional a recrutar. Será valorada no mínimo de 10 valores, a atribuir a todos os candidatos, à qual acresce até o máximo de 20 valores, o seguinte:

a) 10 Valores — formação diretamente relacionada com a área funcional num total de 60 ou mais horas;

b) 8 Valores — formação diretamente relacionada com a área funcional num total de 15 horas (ou mais) e menos de 60 horas;

c) 4 Valores — formação indiretamente relacionada num total de 60 ou mais horas;

d) 2 Valores — formação indiretamente relacionada num total de 15 horas (ou mais) e menos de 60 horas.

9 — Prazo de candidatura: 10 dias úteis, a contar da data de publicação do Aviso de Abertura na 2.ª série do *Diário da República*.

10 — A candidatura deverá ser formalizada, obrigatoriamente, sob pena de exclusão, mediante o preenchimento de formulário próprio da escola, disponibilizado no endereço eletrónico da mesma, em www.ae-fafe.pt, podendo também ser obtido junto dos serviços de administração escolar do Agrupamento, na Escola Secundária de Fafe, e entregue no prazo de candidatura, pessoalmente, nas instalações desta, ou enviadas pelo correio, para a morada identificada no n.º 2 do presente Aviso, em carta registada, com Aviso de receção, dirigida à Diretora do Agrupamento de Escolas de Fafe.

11 — Os formulários de candidatura deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos: Certificado de habilitações literárias (fotocópia autenticada); *Curriculum Vitae* datado e assinado; Declarações da experiência profissional (fotocópia autenticada); Certificados comprovativos de formação profissional (fotocópia autenticada).

12 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos implicam a exclusão deste procedimento concursal e serão punidas nos termos da Lei.

13 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, no caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

14 — Composição do Júri:

a) Presidente — José Joaquim Oliveira Teixeira, Subdiretor;

b) Vogais Efetivos: Maria do Carmo Alves Teixeira Leite, Adjunta da Diretora e Paulo Jorge Lopes Malojo, Adjunto da Diretora.

c) Vogais suplentes: Rosa Maria Ferreira Lopes, Adjunta da Diretora, e Rita Emanuel Azevedo Lopes Costa Leite, Assessora Pedagógica da Direção.

d) O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos por um dos vogais efetivos.

15 — Nos termos da alínea t) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, os critérios de apreciação e de ponderação dos métodos de seleção, bem como o sistema de classificação final dos candidatos, incluindo a respetiva fórmula classificativa, constam das atas das reuniões do júri do procedimento, as quais serão facultadas aos candidatos, no prazo de 3 dias úteis, sempre que solicitadas.

16 — Exclusão e notificação dos candidatos — Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, para realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento